

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de
dezembro de 2023 e Relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,
Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 23 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de três subestações e 581,50 km de linhas em 500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 096/2000.

Transmissão

Contando com três subestações e 581,50 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Mato Grosso, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV SAMAMBAIA /EMBORCACAO C-1	C1	500	296,1	-	13/04/2022	2030
LT 500 kV SAMAMBAIA /TUMBIARA C-1	C1	500	285,4	-	13/04/2022	2030

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT Itumbiara	ETEE	179.255	84.328	2015	Junho	IPCA

Em vista das linhas em operação a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 178.393 mil para 2024 (redução de 1% em relação a 2023) e de R\$ 185.525 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
174.472	179.255	178.393	185.525	192.940	200.658	208.684

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 112 milhões, contra R\$ 91 milhões em 2022, um crescimento de

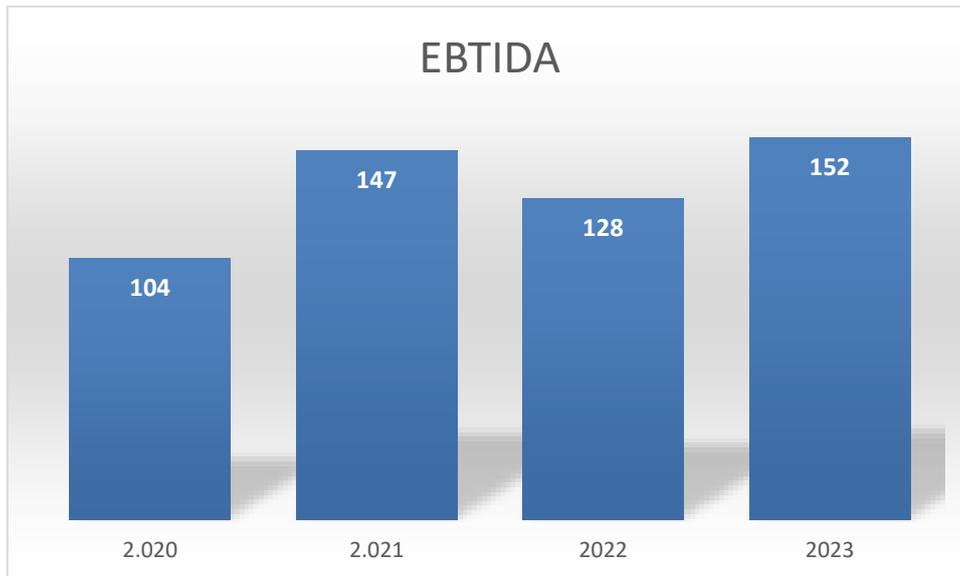


EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

24%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 169 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 162 milhões. Esse aumento de 4 % resulta do aumento da receita de encargo de transmissão em 4%. A receita financeira foi de R\$ 18 milhões em 2023, contra R\$ 4 milhões em 2022, um crescimento de 350% ocasionado pela atualização monetária do depósito judicial do processo 5003229-44.2019.4.02.5101.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 34% contra 27% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 152 milhões, superior em 24% a 2022, que foi de R\$ 128 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	39
Total	39

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.231	44.459
Concessionárias e permissionárias	9	20.293	17.727
Contas a receber - partes relacionadas	28	8.644	9.155
Almoxarifado	10	2.036	2.253
Adiantamento a fornecedores		153	82
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		786	164
Outros impostos a recuperar		107	563
Outros ativos circulantes		1.923	4.851
		<u>71.173</u>	<u>79.254</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	11	70.634	80.846
Depósitos judiciais	12	65.394	42.130
Outros ativos não circulantes		1.095	204
Imobilizado não vinculado à concessão	13	451	628
Imobilizado	13	163.754	173.147
Intangível	14	1.315	1.359
		<u>302.643</u>	<u>298.314</u>
Total do ativo		<u>373.816</u>	<u>377.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		601	1.082
Fornecedores - partes relacionadas	28	128	387
Obrigações Sociais e trabalhistas	15	8.738	8.013
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	24.240	28.478
Outros impostos a pagar	16	2.528	1.548
Taxas regulamentares	17	2.851	5.601
		<u>39.086</u>	<u>45.109</u>
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		-	26
Provisão para contingências	18	851	26
Obrigações especiais		<u>1.116</u>	<u>-</u>
		<u>1.967</u>	<u>52</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	101.747	101.747
Reserva especial de ágio		168.700	168.700
Reserva de Lucros		129.928	122.457
Reserva Legal		16.979	16.979
Prejuízo acumulado		<u>(84.591)</u>	<u>(77.476)</u>
		<u>332.763</u>	<u>332.407</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>373.816</u>	<u>377.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	169.044	162.216
Custo da operação	21	<u>(22.488)</u>	<u>(21.323)</u>
Lucro bruto		<u>146.556</u>	<u>140.893</u>
Despesas gerais e administrativas	22	(5.389)	(7.616)
Outras despesas operacionais líquidas	24	<u>(1.438)</u>	<u>(1.126)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>139.729</u>	<u>132.151</u>
Resultado financeiro	25	<u>17.918</u>	<u>3.170</u>
Receita financeira		18.187	4.377
Despesa financeira		<u>(269)</u>	<u>(1.207)</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>157.647</u>	<u>135.321</u>
IRPJ e CSLL correntes	26	(35.643)	(34.127)
IRPJ e CSLL diferidos	11 e 26	<u>(10.212)</u>	<u>(10.212)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>111.792</u>	<u>90.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>111.792</u>	<u>90.982</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>111.792</u>	<u>90.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.747	168.700	16.979	126.627	(77.678)	336.375
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	90.982	90.982
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	-	(8.664)	(8.664)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	-	82.116	(82.116)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	-	(86.286)	-	(86.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.747	168.700	16.979	122.457	(77.476)	332.407
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	111.792	111.792
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 19)	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 19)	-	-	-	112.907	(112.907)	-
Dividendos intermediários (nota explicativa 19)	-	-	-	(105.436)	-	(105.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	101.747	168.700	16.979	129.928	(84.591)	332.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		157.647	135.321
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		10.920	11.224
Provisão para perda de crédito esperada	9	29	961
Provisão para contingência	18	825	(313)
Atualização monetária - Compensação ambiental		1	1
Amortização - Obrigações especiais		(13)	-
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(2.595)	(1.971)
Contas a receber - partes relacionadas		511	(3.455)
Imobilizado e intangível	13/ 14	152	60
Almoxarifado		217	(11)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(622)	3.721
Outros impostos a recuperar		456	(555)
Adiantamentos a fornecedores		(71)	22
Depósitos judiciais		(23.264)	(10.212)
Outros ativos		2.037	(558)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(481)	683
Fornecedores – partes relacionadas		(259)	(168)
Compensação ambiental		(25)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(1.056)	(706)
Outros impostos a pagar		9.261	2.677
Taxas regulamentares		(2.750)	1.357
Outros impostos pagos		(9.181)	(3.660)
Obrigações sociais e trabalhistas		725	3.427
Outros passivos		1.129	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		143.593	137.845
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(38.827)	(25.568)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		104.766	112.277
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	13/ 14	(1.458)	(1.169)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(1.458)	(1.169)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	19	(105.436)	(86.286)
Juros sobre capital próprio pagos	19	(5.100)	(7.364)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(110.536)	(93.650)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.228)	17.458
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		44.459	27.001
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		37.231	44.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 296 km devido à características do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 285 km devido à características do local em que a linha foi implantada.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 165.593 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 183.351 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e cinquenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 175.160 (cento e setenta e cinco milhões e cento e sessenta mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 18 a 24, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL.

Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 13 - Imobilizado e 14 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;

- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS – Programa de Integração Social, com alíquota de 0,65%, e à COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de

15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos

financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transação com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações contábeis regulatórias a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		71.173	111.999	183.172	79.254	107.748	187.002
Caixa e equivalentes de caixa		37.231	-	37.231	44.459	-	44.459
Concessionárias e permissionárias		20.293	-	20.293	17.727	-	17.727
Contas a receber – partes relacionadas		8.644	-	8.644	9.155	-	9.155
Almoxarifado		2.036	-	2.036	2.253	-	2.253
Adiantamentos a fornecedores		153	-	153	82	-	82
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		786	-	786	164	-	164
Outros impostos a recuperar		107	-	107	563	-	563
Ativos de contrato	a	-	111.999	111.999	-	107.748	107.748
Outros ativos circulantes		1.923	-	1.923	4.851	-	4.851
Ativo não circulante		302.643	6.481	309.124	298.314	70.761	369.075
Ativos de contrato	a	-	240.798	240.798	-	243.519	243.519
Impostos diferidos	c	70.634	(70.634)	-	80.846	-	80.846
Depósitos Judiciais		65.394	-	65.394	42.130	-	42.130
Outros ativos não circulantes		1.095	-	1.095	204	-	204
Imobilizado não vinculado à concessão		451	-	451	628	-	628
Imobilizado	b	163.754	(162.763)	991	173.147	(171.828)	1.319
Intangível	b	1.315	(920)	395	1.359	(930)	429
		373.816	118.480	492.296	377.568	178.509	556.077

*Expansion Transmissão
de Energia Elétrica S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023*

Nota	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	39.086	-	39.086	45.109	-	45.109
Fornecedores –terceiros	601	-	601	1.082	-	1.082
Fornecedores – partes relacionadas	128	-	128	387	-	387
Obrigações Sociais e trabalhistas	8.738	-	8.738	8.013	-	8.013
Imposto de renda e contribuição social a pagar	24.240	-	24.240	28.478	-	28.478
Outros impostos a pagar	2.528	-	2.528	1.548	-	1.548
Taxas regulamentares	2.851	-	2.851	5.601	-	5.601
Passivo não circulante	1.967	33.889	35.856	52	101.033	101.085
Outras provisões - compensação ambiental	-	-	-	26	-	26
Provisão para contingências	851	-	851	26	-	26
Impostos diferidos	-	35.005	35.005	-	101.033	101.033
Outros passivos não circulantes	1.116	(1.116)	-	-	-	-
Patrimônio líquido	332.763	84.591	417.354	332.407	77.476	409.883
Capital social	101.747	-	101.747	101.747	-	101.747
Reservas especial de ágio	168.700	-	168.700	168.700	-	168.700
Reserva de lucros	129.928	-	129.928	122.457	-	122.457
Reserva legal	16.979	-	16.979	16.979	-	16.979
Prejuízo acumulado	(84.591)	84.591	-	(77.476)	77.476	-
	373.816	118.480	492.296	377.568	178.509	556.077

*Expansion Transmissão
de Energia Elétrica S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023*

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	169.044	1.473	170.517	162.216	(14.043)	148.173
Custo da operação	e	(22.488)	10.191	(12.297)	(21.323)	9.771	(11.552)
Lucro bruto		146.556	11.664	158.220	140.893	(4.272)	136.621
Despesas gerais e administrativas		(5.389)	-	(5.389)	(7.616)	-	(7.616)
Outras despesas operacionais líquidas		(1.438)	-	(1.438)	(1.126)	-	(1.126)
Resultado antes do resultado financeiro		139.729	11.664	151.393	132.151	(4.272)	127.879
Resultado financeiro		17.918	-	17.918	3.170	-	3.170
Receita financeira		18.187	-	18.187	4.377	-	4.377
Despesa financeira		(269)	-	(269)	(1.207)	-	(1.207)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		157.647	11.664	169.311	135.321	(4.272)	131.049
Imposto de renda e contribuição social correntes	c	(35.643)	-	(35.643)	(34.127)	-	(34.127)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	(10.212)	(4.549)	(14.761)	(10.212)	4.070	(6.142)
Lucro líquido do exercício		111.792	7.115	118.907	90.982	(202)	90.780

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	<u>417.354</u>	<u>409.883</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(352.797)	(351.267)
Impostos Diferidos Ativos	70.634	-
Imobilizado	162.763	171.828
Intangível	920	930
Impostos Diferidos Passivos	35.005	101.033
Outros passivos não circulantes	<u>(1.116)</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u>332.763</u>	<u>332.407</u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	<u>118.907</u>	<u>90.780</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(110.396)	(110.401)
Margem de construção	156.324	148.303
Ajuste receitas variáveis	(47.457)	(23.327)
PIS/COFINS Diferido	56	(532)
Depreciação e amortização regulatória	(10.335)	(10.684)
Custo de Operação e Manutenção	144	913
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>4.549</u>	<u>(4.070)</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u>111.792</u>	<u>90.982</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional é reconhecido como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (d) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece receita de construção.

- (e) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (f) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f. Outros passivos não circulantes – (Obrigações Especiais).

As obrigações especiais são ativos vinculados à concessão, amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos, nota explicativa 4.3 - Obrigações especiais vinculadas à concessão .

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	408	412
Aplicações financeiras (i)	36.823	44.047
	37.231	44.459

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safra Executive Max Renda Fixa. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 103,18% em 2023 e 102,66% CDI em 2022.

- (i) A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais, mas principalmente ao pagamento de dividendos em 2023 que foi 17% maior se comparado ao exercício de 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	15.788	15.868
Vencidas até 30 dias	56	28
Vencidas até 60 dias	511	6
Vencidas até 90 dias (i)	1.238	17
Vencidas até 120 dias (i)	457	9
Vencidas até 180 dias (i)	287	911
Vencidas entre 180 e 360 dias (i)	178	116
Vencidas acima de 360 dias (i)	2.807	1.772
	21.322	18.727
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(1.029)	(1.000)
	20.293	17.727

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energias e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.

- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.000)	(39)
Reversão	-	14
Adição (i)	<u>(29)</u>	<u>(975)</u>
Saldo final	<u>(1.029)</u>	<u>(1.000)</u>

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho de 2022 ainda não recebidos.

10 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>2.036</u>	<u>2.253</u>
	<u>2.036</u>	<u>2.253</u>

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

11 Impostos diferidos

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram até o ano de 2028. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL Diferidos ativos (crédito fiscal incorporação)	<u>70.634</u>	<u>80.846</u>
	<u>70.634</u>	<u>80.846</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

Ativo

Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.846
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>70.634</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.058
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>80.846</u>

12 Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais (i)	65.394	42.130
	<u>65.394</u>	<u>42.130</u>

- (i) Os depósitos judiciais referem-se principalmente ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 63.930 (sessenta e três milhões, novecentos e trinta mil reais), onde discute-se o direito de amortizar o ágio decorrente da incorporação da SGBH-E e SGBH-T na ETEE e ETIM. Sendo a variação decorrente da atualização monetária de R\$ 13.088 (treze milhões, oitenta e nove mil reais) e novos depósitos no valor de R\$ 10.212 (dez milhões, duzentos e doze mil reais), associados ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101.

13 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas.
Ativo imobilizado em serviço												
Transmissão	370.329	-	-	2.610	372.939	2.610	(215.048)	157.891	165.606	(1.129)	13	(1.116)
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.666	-	-	1.129	5.795	1.129	(3.436)	2.359	1.398	-	-	-
Máquinas e equipamentos	364.276	-	-	1.384	365.660	1.384	(210.784)	154.876	163.516	(1.129)	13	(1.116)
Veículos	1.171	-	-	94	1.265	94	(629)	636	667	-	-	-
Móveis e utensílios	216	-	-	3	219	3	(199)	20	25	-	-	-
Administração	2.229	-	-	30	2.259	30	(1.303)	956	1.255	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1.689	-	-	30	1.719	30	(837)	882	1.137	-	-	-
Veículos	490	-	-	-	490	-	(426)	64	105	-	-	-
Móveis e utensílios	50	-	-	-	50	-	(40)	10	13	-	-	-
	372.558	-	-	2.640	375.198	2.640	(216.351)	158.847	166.861	1.129	(13)	1.116
Ativo imobilizado em curso												
Transmissão	6.223	1.413	(152)	(2.610)	4.874	(1.349)	-	4.874	6.223	-	-	-
Máquinas e equipamentos	75	129	-	(53)	151	76	-	151	75	-	-	-
Outros	6.148	1.284	(152)	(2.557)	4.723	(1.425)	-	4.723	6.148	-	-	-
Administração	63	-	-	(30)	33	(30)	-	33	63	-	-	-
Máquinas e equipamentos	47	-	-	(30)	17	(30)	-	17	47	-	-	-
Outros	16	-	-	-	16	-	-	16	16	-	-	-
	6.286	1.413	-	(2.640)	4.907	(1.379)	-	4.907	6.286	-	-	-
Ativo imobilizado	378.844	1.413	(152)	-	380.105	1.261	(216.351)	163.754	173.147	1.129	(13)	1.116

*Expansion Transmissão
de Energia Elétrica S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2023*

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas.
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.705	7	-	-	1.712	7	(1.261)	451	628	-	-	-
Ativo não vinculado	1.705	7	-	-	1.712	7	(1.261)	451	628	-	-	-

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	372.939	(215.048)	157.891	165.606
Administração	7,51%	2.259	(1.303)	956	1.255
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.712	(1.261)	451	628
		376.910	(217.612)	159.298	167.489

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

13.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/Equipamentos
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.129
Máquinas e Equipamentos	129
Veículos	94
Moveis e Utensílios	3
Projetos - Diversos	58
Total das adições	1.413

13.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. ELETROCENTRO - 220V - SUBESTACAO ITUMBIARA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	577
2. ELETROCENTRO - 220V - SUBESTACAO SAMAMBAIA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	552
3. UNIDADE DE MEDICAO FASORIAL - PMU MODELO PCS-996A	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	391
4. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	83
5. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	83
6. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	65
7. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	65
8. SISTEMA DE PROTECAO PRINCIPAL E ALTERNADA DA LT SAMAMBAIA - (5PPL/5PAL), COMPOSTO POR DOIS PAINELIS, METALICO, DIMENSOES 800X2300X800MM, RELES DE DISTANCIA, RELES DE FALHA DO DISJUNTOR, UNIDADE DE CONTROLE DIGITAL E OSCILOGRAFO.	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	46
9. SISTEMA DE PROTECAO PRINCIPAL E ALTERNADA DA LT SAMAMBAIA - (5PPL/5PAL), COMPOSTO POR DOIS PAINELIS, METALICO, DIMENSOES 800X2300X800MM, RELES DE DISTANCIA, RELES DE FALHA DO DISJUNTOR, UNIDADE DE CONTROLE DIGITAL E OSCILOGRAFO.	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	46
10. SISTEMA DE PROTECAO PRINCIPAL E ALTERNADA DA LT SAMAMBAIA - (5PPL/5PAL), COMPOSTO POR DOIS PAINELIS, METALICO, DIMENSOES 800X2300X800MM, RELES DE DISTANCIA, RELES DE FALHA DO DISJUNTOR, UNIDADE DE CONTROLE DIGITAL E OSCILOGRAFO.	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	46
ELETROCENTRO - 220V - SUBESTACAO ITUMBIARA		
Total das adições		1.954

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

14 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	955	-	-	-	955	-	(149)	806	829
Servidões	766	-	-	-	766	-	-	766	766
Softwares	189	-	-	-	189	-	(149)	40	63
Administração	555	-	-	25	580	25	(306)	274	308
Softwares	507	-	-	25	532	25	(306)	226	260
Direito, Marcas e Patentes	48	-	-	-	48	-	-	48	48
	1.510	-	-	25	1.535	25	(455)	1.080	1.137
Ativo intangível em curso									
Transmissão	101	13	-	-	114	13	-	114	101
Softwares	101	13	-	-	114	13	-	114	101
Administração	121	25	-	(25)	121	-	-	121	121
Softwares	121	25	-	(25)	121	-	-	-	121
	222	38	-	(25)	235	13	-	235	222
Ativo Intangível	1.732	38	-	-	1.770	38	(455)	1.315	1.359

b) Taxas de amortização

		<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	955	(149)	806	829
Administração	10,00%	580	(306)	274	308
		<u>1.535</u>	<u>(455)</u>	<u>1.080</u>	<u>1.137</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

14.2 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

<u>Adições do Intangível em curso</u>	<u>Valor</u>
Transmissão	
Software	13
Total das adições	13
<hr/>	
Administração	
Software	25
Total das adições	25

14.3 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

<u>Administração - Descrição do Bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Em R\$ mil</u>
1. Licença de uso cessão e base de dados	Software	3
2. Licença de uso de software	Software	22
Total das adições		25

14.4 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

15 Obrigações Sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	3.517	3.409
Provisão de Bônus (i)	4.529	3.954
IRRF funcionários	692	650
	<u>8.738</u>	<u>8.013</u>

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

16 Impostos e contribuições sociais a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	18.006	21.158
CSLL (i)	6.234	7.320
	<u>24.240</u>	<u>28.478</u>
PIS	117	101
COFINS	547	472
INSS	544	532
FGTS a pagar	208	211
Imposto de renda retido na fonte (ii)	973	85
ISS	70	71
Outros	69	76
	<u>2.528</u>	<u>1.548</u>

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras que foram utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do exercício de 2023.
- (ii) Variação decorrente da retenção de IR sobre Juros sobre capital próprio que será pago em 2024.

17 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	531	(813)
CDE a pagar	33	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	53	105
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.234	6.309
	<u>2.851</u>	<u>5.601</u>

- (i) **RGR**
Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 332 (trezentos e trinta e dois mil reais).

- (ii) **TFSEE**
Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 634 (seiscentos e trinta e quatro mil reais).
- (iii) **P&D**
Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.
Variação é referente ao encerramento do projeto de gestão em 2023.

18 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Fiscal	513	-
Servidões	338	26
	<u>851</u>	<u>26</u>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>26</u>
Adições e reversões, líquidas (i)/ (ii)	<u>513</u>	<u>312</u>	<u>825</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>513</u>	<u>338</u>	<u>851</u>
	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>277</u>	<u>62</u>	<u>339</u>
Adições e reversões, líquidas (iii)	(277)	(36)	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>26</u>

- (i) A movimentação dos processos fiscais é decorrente da mudança de prognóstico do processo 12448.916708/2010-94 referente as retenções declaradas na DIPJs para extinção de débitos de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL.
- (ii) Servidões: movimentação decorrente essencialmente da mudança de prognóstico do processo 0309742-98.2016.8.09.0127 que teve parte de seu risco R\$ 337 (trezentos e trinta e sete mil reais) classificado como provável, o caso é referente a um pedido de reintegração de posse culminado com pedido de indenização.
- (iii) As reversões ocorreram devido a extinção do risco provável, passando para um risco remoto de acordo com relatório do escritório de advocacia responsável, devido a dois processos administrativos da companhia com a Receita Federal referente a PERDCOMP (15374.951988/2009-42 e 15374.953952/2009-01).

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, ambientais e servidão, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Fiscal (i)	7.726	7.533
Ambiental (ii)	502	461
Servidão (iii)	1.350	1.098
Trabalhista (iv)	680	-
	10.258	9.092

- (i) **Processos Fiscais:** Referem-se a procedimentos administrativos que discutem autos de infração atrelados ao suposto recolhimento a menor de impostos. O procedimento que possui o maior valor de exposição é o processo administrativo 11052.001292/2010-99, que discute o auto de Infração para exigência de débitos de IRPJ, IRRF e CSLL relativos a 2006, sob a alegação de dedução indevida de valores relativos. A discussão recai sobre um risco de R\$ 7.408 (sete milhões, quatrocentos e oito mil reais) e o aumento do valor de exposição decorre da atualização monetária dos procedimentos em curso.
- (ii) **Processos ambientais:** Refere-se ao valor de exposição da ação anulatória 1001061-88.2017.4.01.3500 no valor de R\$ 502 (quinhentos e dois mil reais) que busca afastar a aplicação de penalidade do auto de infração 557323-D do IBAMA. A ação foi julgada procedente a favor da companhia, o IBAMA apresentou recurso e o MP apresentou parecer requerendo a manutenção da sentença favorável a companhia.
- (iii) **Servidões:** Refere-se ao risco atrelado ao processo 0309742-98.2016.8.09.0127 no valor de R\$ 1.350 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), o caso é referente a um pedido de reintegração de posse culminado com pedido de indenização. O aumento do valor é decorrente de atualização monetária.
- (iv) **Trabalhista:** Referem-se ao risco atrelado a uma nova reclamação trabalhista 0100920-50.2023.5.01.0057 referentes à requisição de verbas trabalhistas decorrente de responsabilidade solidária, iniciada em 2023, a ação tem classificação de risco possível e o valor pleiteado pelo reclamante é R\$ 680 (seiscentos e oitenta mil reais).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais) dividido em 101.747.038 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e oito) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

2023 e 2022

State Grid Brazil Holding S. A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

d. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 129.928 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e vinte e oito mil reais) e R\$ 122.457 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

e. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 84.591 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 77.476 (setenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	118.907	90.780
Base de cálculo para os dividendos	<u>118.907</u>	<u>90.780</u>
Dividendo mínimo obrigatório (ii)	<u>1.189</u>	<u>908</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(6.000)</u>	<u>(8.664)</u>

(i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

(ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido Pago em 2023	JCP Líquido Pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	24/05/2022	-	86.285	-	7.364	1.299
AGE	14/12/2022	-	-	-	-	-
RCA	12/06/2023	30.000	-	-	-	-
RCA	20/07/2023	75.436	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	5.100	-	900
	Total	105.436	86.285	5.100	7.364	2.199

20 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	183.412	174.539
Receita de rateio de antecipação	(3.241)	(4.314)
Receita de encargos de transmissão	172.339	166.337
Receita de novas obras RBNI	9.254	9.007
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(3.791)	(4.748)
Indisponibilidade de equipamentos	(1.845)	(275)
Outras receitas de operação	-	17
Descontos Incidentes na TUST (ii)	10.696	8.515
Deduções da receita operacional	(14.368)	(12.323)
PIS	(1.392)	(1.135)
COFINS	(6.422)	(5.239)
P&D	(1.690)	(1.622)
RGR	(4.218)	(3.702)
TFSEE	(646)	(625)
	169.044	162.216

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

(ii) Com a publicação da Lei 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE no que diz respeito ao custeio dos descontos na TUST referentes a fontes incentivadas. Por consequência, os descontos tarifários dados aos usuários em função da aplicação da Resolução Normativa 77/2004 são contabilizados pelo ONS após cada AMSE e o valor não arrecadado à título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão - EUST é apurado para cada concessionária de transmissão por CPST.

21 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(6.874)	(6.704)
Material	(814)	(971)
Serviços de terceiros	(1.351)	(1.743)
Depreciação e amortização	(10.335)	(10.684)
Gastos diversos	(1.000)	(866)
Outros	(2.114)	(355)
	(22.488)	(21.323)

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal (i)	(2.067)	(3.179)
Material	(62)	(91)
Serviços de terceiros	(490)	(492)
Arrendamentos e aluguéis	(155)	(133)
Provisão/reversão (ii)	(29)	(961)
Tributos	(95)	(15)
Depreciação e amortização	(387)	(370)
Despesas de viagem (iii)	(1.168)	(494)
Patrocínios	(870)	(1.000)
Telecomunicações	(170)	(161)
Outras	104	(720)
	<u>(5.389)</u>	<u>(7.616)</u>

- (i) Redução decorrente do impacto associado ao rateio conforme regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016.
- (ii) Variação refere-se à provisão de PCE contabilizada em 2022 referente ao AVC complementar do grupo Quinturaré ainda não recebidos.
- (iii) Aumento se refere à maior número de viagens entre Brasil e China dos expatriados e seus familiares.

23 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(4.277)	(4.303)
Encargos	(1.540)	(1.478)
Outros Benefícios - Corrente	(928)	(827)
Previdência privada	(52)	(89)
Outros	(77)	(7)
	<u>(6.874)</u>	<u>(6.704)</u>
Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(892)	(1.260)
Encargos	(299)	(488)
Previdência Privada	(21)	(35)
Benefícios	(166)	(233)
Administradores	(625)	(879)
Outros	(64)	(284)
	<u>(2.067)</u>	<u>(3.179)</u>
	<u>(8.941)</u>	<u>(9.883)</u>

24 Outras despesas/receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão conforme abaixo

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas da prestação de serviços	21	20
Pessoal	(134)	(201)
Materiais	(13)	-
Depreciação	(184)	(170)
Tributo sobre a receita	(2)	(2)
Serviços de O&M	(964)	(732)
Outros	(162)	(41)
	<u>(1.438)</u>	<u>(1.126)</u>

25 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>18.187</u>	<u>4.377</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	5.967	4.179
Outras receitas financeiras (ii)	13.107	411
Tributos sobre receitas financeiras	<u>(887)</u>	<u>(213)</u>
Despesa financeira	<u>(269)</u>	<u>(1.207)</u>
Juros e multas	(16)	(380)
Outras despesas financeiras	<u>(253)</u>	<u>(827)</u>
	<u>17.918</u>	<u>3.170</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.
- (ii) Variação decorrente da atualização monetária do depósito judicial do processo 5003229-44.2019.4.02.5101 (vide nota explicativa 12 de depósitos judiciais).

26 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro societário antes do imposto de renda e contribuição social	<u>169.311</u>	<u>131.049</u>
Adições/Exclusões não dedutíveis	(10.521)	4.851
Ajustes de ICPC 01	(14.167)	6.905
Juros s/ Capital Próprio	(6.000)	(8.664)

Amortização Ágio (Goodwill)	(30.036)	(30.036)
Outros	<u>(1.530)</u>	<u>(1.158)</u>
Lucro Real	<u>107.057</u>	<u>102.947</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(26.740)	(25.713)
Inc. Fiscais	870	955
IRPJ devido (25%)	(25.870)	(24.758)
CSLL (9%)	<u>(9.773)</u>	<u>(9.369)</u>
IR e CS correntes	(35.643)	(34.127)
IR e CS diferidos	<u>(10.212)</u>	<u>(10.212)</u>
	<u>(45.855)</u>	<u>(44.339)</u>
Alíquota efetiva	<u>27%</u>	<u>34%</u>

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. /Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.231	44.459
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	28	8.644	9.155

Concessionárias e permissionárias	9	20.293	17.727
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – terceiros		601	1.082
Fornecedores - partes relacionadas	28	128	387

27.2 **Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	37.231	44.459
Contas a receber partes relacionadas	8.644	9.155
Concessionária e Permissionárias	20.293	17.727

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

28.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2021
Contas a receber – partes relacionadas	<u>8.644</u>	<u>9.155</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	8.644	9.087
Outros	<u>-</u>	<u>68</u>
Intercompany Matrinchã - Despesas de aluguel	-	33
Intercompany Guaraciaba - Despesas de aluguel	-	33
Intercompany SGBH - Reembolso da Gemini	-	2
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber - partes relacionadas - Longo Prazo	<u>66</u>	<u>66</u>
Outros ativos não circulantes	66	66
Intercompany Matrinchã - Despesas de aluguel	33	33
Intercompany Guaraciaba - Despesas de aluguel	33	33

28.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – partes relacionadas	<u>128</u>	<u>387</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	128	171
Outros	<u>-</u>	<u>216</u>
Intercompany ATE - Despesas de pessoal	-	25
Intercompany ETIM - Despesas de pessoal	-	22
Intercompany Iracema - Despesas de pessoal	-	29
Intercompany ITE - Despesas de pessoal	-	9
Intercompany LTMC - Despesas de pessoal	-	24

Intercompany PCTE - Despesas de pessoal	-	26
Intercompany RPTE - Despesas de pessoal	-	7
Intercompany SMTE - Despesas de pessoal	-	72
Intercompany XRTE - Despesas de ISS	-	2

28.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado – partes relacionadas	<u>33.336</u>	<u>28.776</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(136)	(120)
Aluguel (ii)	33.472	28.931
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(35)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2023, uma vez que o impacto das despesas ocorreu em período.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

28.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	273	341
Benefícios diretos e indiretos	46	60
Encargos	134	203
Provisões (13 salário, férias e bônus)	172	275
Valor total da remuneração	<u>625</u>	<u>879</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

29 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	122.101	122.101
Veículos	Carros	<u>1.659</u>	<u>1.848</u>
		<u>143.760</u>	<u>143.949</u>

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2